



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º ____/ 2018.

Solicita ao Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, informações acerca das providências e iniciativas adotadas no âmbito do Ministério dos Transportes com relação ao emprego do Fundo de Marinha Mercante como fomento da atividade da indústria naval na região de Niterói e São Gonçalo.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações do Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, com vistas ao emprego mais efetivo dos recursos do Fundo de Marinha Mercante para o fomento das atividades das empresas da Indústria Naval que operam nos municípios de Niterói e São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro.

1. Uma vez que a Indústria Naval foi seriamente atingida em razão da redução das atividades da Petrobras, que acionava a Cadeia Produtiva puxando a demanda, qual é a estratégia do Ministério dos Transportes com vistas ao emprego de planos de ação para a reativação deste importante segmento, considerando a possibilidade de emprego dos recursos do Fundo de Marinha Mercante?
2. A despeito do fato de ser o BNDES o operador financeiro do Fundo de Marinha Mercante, e, em vista disso, seja a entidade que impõe as condições de análise dos projetos que solicitam os recursos do FMM, como pode o Ministério dos Transportes promover uma abordagem que permita o emprego de recursos do Fundo, por empresas que estão em dificuldades financeiras ou com restrições cadastrais, ainda que sob a forma de consórcios em que alguns membros tenham esta restrição?
3. O Ministério é capaz de avaliar o impacto positivo que o retorno de capital disponível do FMM para financiar as operações das Cadeias Produtivas conexas à Indústria Naval fluminense seria capaz de operar, no sentido da recuperação econômica do estado do Rio de Janeiro?



JUSTIFICAÇÃO

I – Considerando que os recursos do fundo serão aplicados também em apoio financeiro reembolsável mediante concessão de empréstimo, dentre outras, nas hipóteses elencadas a seguir:

a) prioritariamente, a empresa brasileira de navegação, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado para a construção de embarcação em estaleiro brasileiro e para jumborização (aumento de uma embarcação), conversão, modernização ou reparação de embarcação própria, inclusive para a aquisição e instalação de equipamentos necessários, quando realizadas por estaleiro brasileiro;

b) a empresa brasileira de navegação, a estaleiro e outras empresas ou entidades brasileiras, inclusive as representativas de classe dos setores de Marinha Mercante e de construção naval, para projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico e formação e aperfeiçoamento de recursos humanos voltados para os setores da Marinha Mercante, construção ou reparo naval, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado;

c) a estaleiro brasileiro para financiamento à produção de embarcação destinada a empresa brasileira de navegação, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado e destinada à exportação, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado;

d) à Marinha do Brasil, até 100% (cem por cento) do valor do projeto aprovado, para construção e reparos, em estaleiros brasileiros, de embarcações auxiliares, hidrográficas, oceanográficas, e de embarcações a serem empregadas na proteção do tráfego marítimo nacional;

e) às entidades públicas, instituições de pesquisa e a outros órgãos, inclusive os representativos de classe dos setores de Marinha Mercante e de construção naval, até 100% (cem por cento) do valor do projeto aprovado, para a construção de embarcações auxiliares, hidrográficas e oceanográficas, em estaleiros brasileiros;

f) às empresas brasileiras, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado, para construção, jumborização, conversão, modernização ou reparação, quando realizadas por estaleiro brasileiro, de qualquer tipo de embarcação própria, de aplicação comercial, industrial ou extrativista, no interesse do desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval;

g) aos estaleiros brasileiros, para financiamento de reparo de embarcações, até 90% (noventa por cento) do valor do projeto aprovado.

II – Considerando que para ter um projeto aprovado, as empresas supra elencadas deverão estar com seus Planos de Negócios elaborados de forma consistente, bem como com seus cadastros e condições creditícias em situação regular, o que não se verifica em



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Zé Augusto Nalin - DEM/RJ

sua maioria, em virtude da crise pela qual passa o setor (são várias empresas com restrições fiscais, trabalhistas e até em recuperação judicial).

III – Considerando ainda que, o quadro atual de situação é de difícil reversão, fato que pode comprometer de forma definitiva cerca de 25 mil empregos diretos e indiretos apenas no município de Niterói (visto que este é o número de pessoas do setor que perdeu o emprego no município).

Em virtude de todas as razões apontadas, é do maior interesse público e da maior relevância econômica que esse Ministério envide esforços no sentido de realizar estudos que permitam adequar os interesses da sociedade no que concerne à recuperação destas empresas, e, conseqüentemente, da Cadeia Produtiva, do emprego, da geração de renda e da arrecadação de tributos, com as imposições muito justas de controle econômico-financeiro que o BNDES impõe para o emprego dos recursos do FMM.

Não obstante, solicitamos a apreciação de nossas considerações, tendo como fulcro sempre o maior interesse público e a salvaguarda de valores e princípios caros a nossa sociedade.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Sala das Sessões, 06 de junho de 2018.

Zé Augusto Nalin

DEPUTADO FEDERAL – DEM/RJ